HVMANITAS

[Recensão a] MONTEMAYOR ACEVES, Martha Elena - Acerca dei usufructo. Libro séptimo dei Digesto de Justiniano

Autor(es): Brandão, José Luís Lopes

Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/27984>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_60_31

Accessed : 26-Apr-2023 11:12:47

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

humanitas

Vol. LX

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

HUMANITAS

Vol. LX

aos nossos dias, constitui um importante contributo para o fazer da história do livro num dos períodos mais marcantes da história do pensamento humano. Mas não o deveremos reduzir à rudeza de uma pauta de curiosidades bibliográficas ou técnicas. O conhecimento do livro, na sua entidade histórica, ultrapassa muito a vulgar *doxa* comunicacional que hoje, com pouca felicidade, triunfa num sistema bibliotecário que parece ter arredado verdadeiramente o homem e o investigador dos seus nobres e antigos objectivos.

Na leveza aparente destas belas *Histórias de Livros para a História do Livro*, encontramos um sábio e lúcido testemunho de extrema e amorosa dedicação ao livro na sua mais nobre e bela dimensão (in)temporal de beleza e de encantamento. Despido de aparato metodológico académico, nem por isso este livro de José Vitorino de Pina Martins deixa de oferecer ensinamentos novos servidos pela firmeza da palavra esclarecida e sábia.

Obra de afectos, de memórias, de episódios pelos quais o livro mostra procurar aqueles que os amam, ela motiva-nos também para o prazer de ler, de descobrir saberes imemoriais e de compreender o significado cultural e histórico dessas relíquias gráficas antigas. Relíquias editoriais tantas vezes motivo de surpresa pelo seu aparato modesto mas de arquitectura perfeita, marcadas por uma leveza e harmoniosa clareza nas suas páginas, como são os livros saídos dos prelos do tempo de Gutemberg, de Aldo Manuccio e dos seus contemporâneos, alguns deles encontrando, em José Vitorino de Pina Martins, um destino privilegiado.

SAUL ANTÓNIO GOMES

MONTEMAYOR ACEVES, Martha Elena, *Acerca del usufructo. Libro séptimo del Digesto de Justiniano*, traducción, introducción y notas, México, UNAM, 2006, 115 pp. ISBN 970-32-3905-6

Esta tradução do Livro VII da recompilação elaborada por Triboniano sobre as ordens de Justiniano, no séc. VI da nossa era, integra um preâmbulo, útil para juristas e para o público em geral, onde se procura contextualizar a obra de Justiniano, especialmente o *Digesto*, uma introdução ao livro em causa, a tradução acompanhada do texto latino, um índice de nomes de juristas e uma bibliografia.

No preâmbulo, a autora expõe a intenção de Justiniano de fazer a recolha dos textos dos juristas e as normas para a selecção, tendo em conta a autoridade dos escritos, e para a compilação, de forma a promover a unidade, a univocidade e completude, trabalho que teve como resultado a estabilização do direito romano e a sua transformação em preceito régio, mas, consequentemente – salienta a autora –, um retrocesso no saber jurídico enquanto ciência e na sociedade em geral. A despeito da exiguidade do tempo em que foi composto, o *Digesto* teve o mérito de fazer com o direito romano chegasse à actualidade.

A introdução trata especificamente o objecto da tradução, o livro VII, sobre o usufruto. Martha Elena Montemayor Aceves começa por abordar os juristas clássicos, sobretudo tardios, que serviram de fonte; a ordem interna do livro no que diz respeito a temas e rubricas; os padrões de selecção e sistematização seguidos pelos compiladores de Justiniano; para se centrar depois na descrição particularizada do conteúdo de cada um dos nove parágrafos.

Para a tradução, acompanhada de notas-de-rodapé explicativas, foi elaborada sobre a edição dos *Digesta Iustiniani* de Theodorus Mommsen in *Corpus Iuris Civilis* I, Dublin/Zurich, Weidmannos, 1973. Um instrumento de apoio bastante útil para quem consulta a tradução encontra-se no índice de juristas, que inclui, para cada caso, uma resenha biográfica, em alguns casos alargada. A terminar o livro, a bibliografia distribui-se entre fontes (as edições consultadas) e bibliografia geral, que integra estudos vários sobre a história do direito romano, sobre o *Digesto* em particular e sobre terminologia.

JOSÉ LUÍS LOPES BRANDÃO

MONTEMAYOR ACEVES, Martha Elena, *Comparación de leyes Mosaicas y romanas*, traducción, introducción e índice de palabras anotado, México, UNAM, 2006, 193 pp. ISBN 970-32-3232-9

Trata-se da primeira tradução completa em castelhano de *Mosaicarum et Romanarum legum collatio*, destinada a qualquer leitor interessado em direito romano, não necessariamente especialista. No Preâmbulo, a autora insere a obra no contexto das compilações jurídicas pós-clássicas. Crê-se que parte conservada, num total de dezasseis títulos, pertence ao primeiro livro da obra, como diz a autora na introdução alargada. Trata-se de direito penal, à excepção do título dezasseis que versa sobre direito privado. A ordem de apresentação é a do decálogo (*Êxodo* 20.3-17): no cabeçalho de cada título vem a referência à lei mosaica, seguida das citações do direito romano – primeiro os *iura*, fragmentos de conhecidos juristas romanos, e depois as *leges*, isto é, constituições imperiais. Mais do que uma comparação, trata-se de uma justaposição, o que, por si só, convida, desde logo, à comparação, como sugere Martha Elena Montemayor Aceves.

Além destas explicações de introdução geral à obra, úteis sobretudo para quem não é especialista de direito romano, a autora trata ainda, na introdução, a ordem sistemática da obra, no que se refere aos âmbitos do direito romano e das leis mosaicas (na parte conservada, a partir de “não matarás”, segundo uma ordem que parece ser mais a cristã que a judaica); as várias hipóteses sobre o problema, até agora insolúvel, da autoria; a finalidade da obra, acentuando a função apologética; as várias suposições sobre a data de composição (entre os séc. IV-V); o elenco dos manuscritos e das edições; as fontes da lei mosaica e os juristas